



AEPET

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

AEPET 004/16

Rio de Janeiro, 31 de março de 2016

Ao

Presidente da Petrobrás

Aldemir Bendine

Av. República do Chile, 65

Nesta

PETROBRAS / EDISEN	
RECEBIDO - PROTOCOLO	
01 ABR 2016	
	48807460
Rúbrica	Matrícula

Felipe Santos

Assunto: Alternativas para lidar com o endividamento da Petrobrás, preservar sua integridade corporativa e capacidade de investir para garantir a segurança energética do Brasil

Prezado Presidente Aldemir Bendine,

Desde a sua criação, em 1961, a Associação de Engenheiros da Petrobrás – AEPET tem participado das discussões sobre os temas que orientaram o desenvolvimento da Petrobrás e de seu corpo técnico. Em muitas ocasiões, teve a oportunidade de realizar esforços conjuntos com a direção da Empresa, na busca de soluções para problemas que dificultavam o cumprimento da missão da Companhia, em benefício da sociedade brasileira.

Esta carta tem por objetivo apresentar algumas questões que vêm sendo debatidas no âmbito da Associação, relacionadas com o nível de endividamento da Petrobrás, e oferecer à direção da Companhia a colaboração da AEPET e de seus associados na definição de medidas que permitam equacionar a dívida e retomar, no menor prazo possível, os investimentos da Empresa.

A Petrobrás está enfrentando uma crise sem precedentes em sua história. Tudo indica que, mesmo que os casos de corrupção não tivessem ocorrido, a Empresa estaria hoje em situação financeira delicada, fruto da adoção, anos atrás, de uma estratégia de crescimento acelerado, baseada em uma alavancagem excessivamente dependente do preço do petróleo e do câmbio. Assim, os problemas financeiros que afligem a Empresa, no momento atual, decorrem de (i) um endividamento excessivo em moeda estrangeira, (ii) uma queda acentuada dos preços do petróleo, a partir de agosto de 2014, e (iii) uma evolução desvantajosa do câmbio, desde então. A perda do grau de



AEPET

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

investimento, do País e da Petrobrás, e a crise política e econômica que estamos atravessando são fatores que desfavorecem a obtenção de soluções mais vantajosas.

Existe um fator adicional, de origem política e de exclusivo controle do governo federal, que não deve ser esquecido. Trata-se da utilização da Petrobrás no processo de combate à inflação, que obrigou a empresa, por anos seguidos, a comercializar, no mercado interno, diesel e gasolina importados a preços muito inferiores aos dos produtos adquiridos no exterior. As perdas da Companhia, em virtude dessa indevida interferência governamental na cadeia produtiva do petróleo, podem ter atingido R\$80 bilhões, valor cuja disponibilidade no caixa da Empresa teria reduzido substancialmente a pressão do endividamento que hoje estrangula as atividades da Petrobrás.

A queda brusca dos preços do petróleo afetou negativamente as corporações petrolíferas, em todo o mundo. Todas as empresas atingidas vêm adotando a mesma estratégia de enfrentamento da crise, baseada em ações voltadas para redução de custos, corte nos investimentos, menor distribuição de resultados, postergação de projetos de mais longa maturação e venda de ativos. O perfil da empresa, o seu grau de endividamento e as características do mercado em que atua determinam o nível de execução de cada uma dessas medidas. A AEPET entende que na Petrobrás não será diferente e se dispõe a colaborar na discussão sobre alternativas para o equacionamento da dívida e sobre os critérios de seleção dos ativos a serem alienados.

O documento anexo a esta carta alinha os temas que vêm sendo analisados no âmbito da Associação, os quais, havendo interesse de V. S., poderão balizar a contribuição da AEPET para o esforço que já vem sendo desenvolvido pela Companhia, no sentido de definir medidas destinadas a reduzir o nível de endividamento da Petrobrás.

Estando V. S. de acordo, solicito a gentileza de indicar um representante credenciado seu para que possamos realizar os primeiros contatos, visando definir a forma e a programação dos trabalhos a serem realizados em conjunto.

Atenciosamente,

Felipe Coutinho

Presidente da Associação de Engenheiros da Petrobrás (AEPET)

Anexo: Alternativas para lidar com o endividamento da Petrobrás, preservar sua integridade corporativa e capacidade de investir para garantir a segurança energética do Brasil

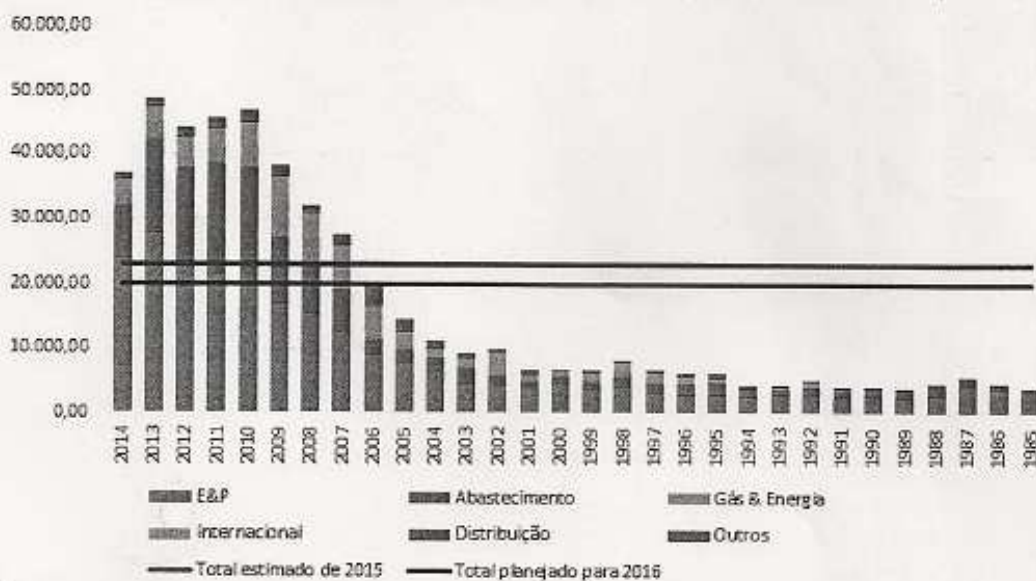


Alternativas para lidar com o endividamento da Petrobrás, preservar sua integridade corporativa e capacidade de investir para garantir a segurança energética do Brasil

AEPET

A exemplo das demais empresas petrolíferas em todo o mundo, afetadas pela acentuada queda dos preços do petróleo a partir de agosto de 2014, a Petrobrás vem promovendo a redução de seus custos operacionais e efetuando cortes em seus investimentos e na projeção da produção de petróleo em 2020. A direção da Petrobrás informou, ainda, a necessidade da venda de ativos, para lidar com o endividamento, no atual cenário de preços e da cotação cambial. Foi estabelecida uma meta para essa alienação de ativos, no valor estimado de 57 bilhões de dólares, sendo 13,7 bilhões a serem alienados até o final de 2017. Esse desinvestimento total, que representa cerca de 35% do patrimônio da Companhia, teria por objetivo obter os recursos de caixa necessários para equacionar a dívida da Empresa, reduzindo-a a valores mais gerenciáveis.

Histórico do investimento real da Petrobras e projeção (milhões US\$)



O investimento de 20 bilhões de dólares previsto para 2016 deve ser avaliado ponderada e relativamente. Em relação à média anual de 5,9 bilhões do período 1985-2003, é alto, já em relação aos 33,3 bilhões investidos, em média, entre 2004 e 2014, é baixo. No entanto, o mais importante é garantir nossa segurança energética e os investimentos necessários para atender ao mercado interno. Apenas para compensar a queda da produção dos campos maduros são necessários investimentos vultosos, estimados entre 13 e 18



bilhões de dólares anuais. O baixo preço do petróleo no mercado internacional sugere a análise da alternativa de alguma importação do produto no curto prazo, ao custo atual estimado de US\$1,5 bilhão/100 mil bpd/ano (US\$40/barril). Com essa estratégia, talvez seja possível reduzir uma parte relevante dos dispêndios previstos para compensar a queda da produção.

Investimento anual histórico, planejado e estimado para sustentar a produção atual da Petrobras (bilhões US\$)				
Médio (1985-2003)	Médio (2004-2014)	Total estimado de 2015	Total planejado para 2016	Estimado para sustentar a produção atual
5,9	33,3	23,0	20,0	13,0 a 18,0

A AEPET vem realizando estudos sobre as possibilidades de equacionamento da dívida contraída pela Petrobrás, de forma que a Empresa possa operar com maior tranquilidade financeira e retomar os seus investimentos, no menor prazo possível. As premissas adotadas foram (i) garantir os investimentos requeridos para o desenvolvimento e a segurança energética nacional, (ii) lidar com o endividamento na condição macroeconômica atual e (iii) preservar o patrimônio, a integração corporativa e o mercado da Petrobrás.

Este documento relaciona algumas linhas de ação que foram selecionadas a partir da análise feita pela Associação. Pretende-se que esse conjunto de ideias, não exaustivo, possa servir de pauta inicial para um trabalho conjunto com representantes da Companhia, visando definir as ações que se mostrem mais viáveis e mais vantajosas para a Petrobrás.

Ações para Reduzir o Endividamento

1. Alienação de Ativos

Na avaliação da AEPET, a alienação de ativos deve ser seletiva e feita com a máxima cautela, para não comprometer o fluxo de caixa futuro e não afetar o grau de integração da Companhia e, também, para evitar riscos desnecessários decorrentes da variação dos preços relativos do petróleo e dos seus derivados. A conveniência, do ponto de vista estratégico, da entrega de parcelas do mercado interno aos seus competidores também deve ser avaliada, assim como a oportunidade da venda de certos ativos específicos, em face da queda dos preços do petróleo e dos ativos da indústria.



2. Conversão das dívidas com bancos públicos em capital na Petrobrás

São dívidas da ordem de 87 bilhões de reais entre a Petrobrás e bancos públicos. A conversão da dívida representa injeção de capital na estatal em troca de ações a serem transferidas aos bancos públicos. Os investidores minoritários poderiam participar da capitalização para evitar a diluição do seu capital. A redução da dívida em termos absolutos e em relação à geração de caixa seria significativa.

3. Empréstimo no Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS

O banco foi criado para atender aos interesses estratégicos do desenvolvimento dos países emergentes, em oposição às tradicionais instituições de crédito. O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e as agências de risco são subordinados aos interesses de grandes bancos e corporações sediados nos EUA e na Europa. No Banco dos BRICS a Petrobrás pode obter recursos com menor custo e substituir dívida cara e de curto prazo por mais barata com prazos mais longos.

4. Capitalização com recursos do Tesouro Nacional por meio do BNDES

O governo federal poderia utilizar parte de suas reservas, ou emitir novas dívidas, para favorecer o BNDES. Assim o banco poderia contribuir para a solução das demandas financeiras da Petrobrás. Os objetivos são melhorar o perfil da dívida, a redução da exposição ao dólar e garantir a capacidade de investimento. Está em discussão no Senado o projeto de lei 560 de 2015, que detalha as operações entre o Tesouro, o BNDES e a Petrobrás.

5. Renegociação com os bancos credores para alongamento, redução do custo e “desdolarização” das dívidas

A renegociação de dívidas é prática comum e frequente no mundo dos negócios. A Petrobrás, com o apoio do governo federal, pode tentar melhorar o perfil da sua dívida junto aos credores privados nacionais e estrangeiros.

6. “Desdolarização” da dívida em articulação com os bancos públicos

É necessário reduzir a exposição ao dólar e assim diminuir o risco a variação cambial. A Petrobrás pode, em articulação com os bancos públicos, trocar dívidas em dólares por outras em reais, reduzindo a sua exposição à variação do câmbio.



7. Renegociar contratos de fornecimento de bens e serviços

Com a queda dos preços do petróleo, é natural que os contratos firmados em outra conjuntura macroeconômica sejam renegociados. A prática é comum na indústria e a Petrobrás deve perseverar no sentido de acordar condições contratuais condizentes com a nova realidade da indústria mundial.

8. Alongar investimentos não estratégicos ou menos rentáveis

Diante da nova conjuntura do preço do petróleo e da cotação do dólar é necessário rever a taxa de investimentos, preservando os projetos estratégicos para garantir a integração corporativa, a segurança energética e o abastecimento nacional. Empreendimentos menos rentáveis podem ter seus prazos alongados e assim diminuir a pressão sobre o fluxo de caixa no curto prazo.

9. Renegociação dos prazos de exploração, avaliação e de desenvolvimento da produção junto a Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis (ANP)

Diante da conjuntura do preço do petróleo e da cotação cambial depreciados, além da necessidade de reduzir seu nível de endividamento, a Petrobrás deve perseverar em gestões junto a ANP para a extensão dos prazos para conclusão de etapas exploratórias. A postergação dos prazos para a declaração de comercialidade de determinados projetos é estratégica para a Petrobrás alongar seus investimentos, e está em harmonia com o interesse nacional que conta com sua segurança energética garantida e precisa da recuperação da maior e mais estratégica companhia brasileira.